

insurgências e práticas de liberdade: 150 anos da comuna de paris

diego lucato bello

No mês de março de 1871, em plena cidade de Paris, iniciava-se um surpreendente acontecimento em termos de práticas de resistências e, por consequência, de liberdade: a Comuna de Paris. Imersos em um cenário turbulento, interna e externamente, no qual a França havia sido derrotada militarmente pela Prússia — conflito que ficou conhecido na historiografia como Guerra Franco-Prussiana —, os operários e as operárias parisienses, após meses de escassez e de cerco militar, insurgiram-se contra o governo de Adolphe Thiers, proclamando a autonomia da capital francesa em relação ao Estado central. Assim, a Comuna, que pode ser descrita como uma potente invenção de liberdade por parte dos *communards*, possibilitou que os trabalhadores e as trabalhadoras de Paris construíssem os percursos relativos às suas próprias trajetórias existenciais. Independentemente das dificuldades inerentes ao contexto e dos embates travados entre as diferentes forças em seu interior — composta por tendências blanquistas,

Diego Lucato Bello é graduado em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: lucatodiego@gmail.com

jacobinas, proudhonianas e por outros grupos socialistas e republicanos —, a Comuna de Paris foi capaz de se afirmar durante dois meses. Todavia, após uma série de ataques promovidos pelo governo central, as forças de segurança do Estado francês executaram um banho de sangue, exterminando, aproximadamente, 30 mil pessoas nas ruas da capital francesa.

150 anos após a proclamação da Comuna, a experiência dos *communards* não só segue sendo objeto de análise de alguns pesquisadores, como também de pessoas curiosas em conhecer a luta e as práticas impulsionadas pelos trabalhadores parisienses entre os meses de março e maio de 1871. Com base nessa premissa, este artigo tem como objetivo analisar brevemente as ações que marcaram a trajetória da Comuna, com ênfase nas iniciativas que permitiram ao operariado reinventar suas práticas associativas nos diferentes âmbitos da cidade — inventando, portanto, outras formas de vida —, bem como os embates entre as forças e perspectivas que estiveram em luta no interior da Comuna.

Antecedentes

Desde 1852, após os desdobramentos da repressão dirigida aos setores populares em junho de 1848, os franceses viviam sob a tutela do Segundo Império, proclamado por Luís Bonaparte, conhecido como Napoleão III. A instauração do novo império gerou mais uma série de problemas aos trabalhadores urbanos e rurais no território controlado pelo Estado francês. Em um contexto de expansão da incipiente indústria francesa e de crescimento da migração para os principais centros

urbanos, sobretudo para a capital, Georges-Eugène Haussmann, um membro da burocracia do Estado, foi indicado para planejar e executar uma reforma urbana na capital. A reforma tinha como finalidade redimensionar um conjunto de políticas voltadas à segurança, à medicina e ao saneamento, de modo a assegurar a manutenção da ordem no território. Pode ser compreendida como uma reação do novo império aos levantes de 1848, impulsionados pelas classes populares. Com a edificação de grandes bulevares e a construção de largas avenidas — medida cujo objetivo era dificultar a edificação de barricadas nas ruas de Paris —, a reorganização do espaço urbano produziu um deslocamento dos setores populares para os bairros suburbanos, como Montmartre, Belleville, La Villette e outros.¹

Em "O Nascimento da Medicina Social", Michel Foucault enfatiza que a reorganização urbana promovida pelo Segundo Império deriva de fatos anteriores, como a disseminação do cólera, em 1832. Isso havia introduzido no imaginário dos habitantes a premissa segundo a qual a proximidade entre os bairros dos setores populares e os bairros dos estratos superiores era um fator de elevada periculosidade médica e sanitária.² Desse modo, a partir das reformas que começaram a ser impulsionadas por Haussmann, a configuração urbana passou a se caracterizar por uma rígida divisão entre os bairros populares e os bairros abastados.

Além das modificações que ocorreram internamente, o Segundo Império também se aventurou em novas empreitadas militares, como a Guerra da Crimeia, em 1853, e o conflito contra a Áustria, que ocorreu no final da mesma década. Em ambos os confrontos, Napoleão saiu vitorioso.

No entanto, em 1870, após o início da Guerra Franco-Prussiana e as sucessivas derrotas do exército francês ao longo do conflito, o império de Bonaparte se dissolveu, possibilitando, em setembro do mesmo ano, o surgimento da Terceira República Francesa. No final do mês de janeiro do ano seguinte, o governo assinou um acordo de armistício com a Prússia, pelo qual o Estado francês se comprometia, entre outras coisas, a pagar uma indenização e a conceder a região da Alsácia-Lorena. Em fevereiro foi realizada uma eleição nacional, na qual os monarquistas assumiram a maior parte dos assentos da Assembleia Nacional, conferindo, assim, poderes executivos a Adolphe Thiers. Isso ocorreu no momento em que a cidade de Paris estava sitiada pelas tropas prussianas. Com a finalidade de paralisar o conflito no qual a França vinha sendo derrotada, o governo de Thiers acionou as forças de segurança e determinou o desarmamento da Guarda Nacional da capital. Para além dessa questão, levando em consideração o cenário turbulento, o governo se deslocou para a cidade de Versalhes, afastando-se da incipiente ebulição que começava a se alastrar.³

Diante da rendição e da subordinação aos anseios das autoridades prussianas, para além da escassez e do cerco militar, os parisienses rejeitaram veementemente os termos do acordo, de modo que, no dia 18 de março, no momento em que as tropas enviadas por Adolphe Thiers tentaram retirar os canhões que estavam sob a posse da Guarda Nacional, parte significativa dos habitantes de Paris — sobretudo as operárias de Montmartre, Belleville e outros bairros populares, que foram as primeiras insurgentes — se levantou e inviabilizou a ação das forças de repressão do Estado francês. As tropas do governo deixaram a capital

por conta da revolta que se alastrou por toda a cidade.⁴ Os trabalhadores e as trabalhadoras parisienses, que passaram a ficar conhecidos como os *communards*, deram início a um grande acontecimento: a Comuna de Paris.

Práticas voltadas a uma vida livre

Com a irrupção da Comuna de Paris e a potencialização de uma série de práticas que confrontavam os mandos e as leis do Estado central, iniciava-se uma experimentação de autogestão no coração desse espaço e que se expandiria a muitas outras cidades francesas. Após as inúmeras insurgências impulsionadas pelos *sans-culottes* nos marcos da Revolução Francesa, assim como as rebeliões de 1830 e as revoltas populares de 1848, os operários parisienses proporcionaram um novo acontecimento. Pela primeira vez, ao menos no território controlado pelo Estado francês, um espaço com as dimensões geográficas de Paris se tornou um lugar sem fronteiras para um conjunto de práticas autogestionárias e de liberdade, de modo a se transformar em uma zona autônoma e livre.

Como salienta Albert Camus⁵ em *O homem revoltado*, ao se revoltar e, portanto, rejeitar e confrontar uma situação que se tornou insuportável, o indivíduo traz consigo um anseio, uma perspectiva acerca de algo que vale a pena ser vivido. Os *communards*, ao negarem o exercício da autoridade do Estado central e confrontarem as forças de repressão, espalhando revoltas pelos diferentes cantos da cidade, não só iniciaram a construção de um novo caminho a ser percorrido, como também proporcionaram um novo sentido às suas próprias trajetórias existenciais, inventando, assim, uma outra forma de viver.

Em Paris, já nas primeiras horas após a expulsão das forças da repressão, o Comitê Central da Guarda Nacional se estabeleceu no Hôtel de Ville. Dentre as primeiras medidas tomadas pelos membros do comitê, destacam-se a suspensão dos conselhos de guerra e das punições dirigidas aos indivíduos considerados subversivos.⁶

O Comitê Central da Guarda Nacional foi o responsável pela convocação de novas eleições para a composição do Conselho da Comuna, que ocorreu oito dias após o início da insurgência. A Comuna de Paris, portanto, foi proclamada pelos *communards* no dia 28 de março, dois dias após a eleição dos conselheiros.⁷ Louise Michel, que viria a ser a primeira a erguer a bandeira negra da anarquia, enfatizou que a proclamação da Comuna foi uma grande celebração. Como apontou essa aguerrida mulher, que ainda não se afirmava anarquista, bandeiras vermelhas foram estendidas em torno do Hôtel de Ville, dando início a uma grande festa. Os trabalhadores e as trabalhadoras de Montmartre, Belleville e La Chapelle, ao festejarem e celebrarem o acontecimento, entoavam com vigor gritos de “Viva a Comuna”.⁸ Paris se encontrava em uma ebulição permanente.

O surgimento da Comuna também fez com que muitos membros das classes abastadas, que costumavam frequentar os luxuosos bulevares e os cafés mais requintados da cidade, deixassem a capital. Isso possibilitou uma mudança no que diz respeito ao modo como os trabalhadores se relacionavam com a cidade. Imersos numa geografia urbana que, até aquele momento, estava fragmentada entre bairros abastados e bairros populares, os *communards* impulsionaram novas práticas, modificando a relação com os diferentes ambientes da cidade, como oficinas, ateliês,

instalações públicas, bulevares.⁹ Experimentações voltadas a uma vida livre se disseminaram por toda a capital.

Já nos primeiros dias, a Comuna adotou uma série de medidas, como a abolição do trabalho noturno, a elevação do valor dos salários dos operários e, simultaneamente, a limitação dos valores recebidos pelos membros do conselho. Os locais de trabalho cujos proprietários haviam deixado a capital foram assumidos pelas associações e cooperativas de produtores, que passaram a reorganizar a produção nessas oficinas, de modo a reinventar as práticas laborais a partir de uma perspectiva autogestionária.¹⁰ Vale ressaltar, contudo, que muitas práticas de autogestão já vinham sendo experimentadas pelo operariado francês, sobretudo de Paris. Ao longo da década de 1860, por exemplo, em um contexto de proibição da formação de sindicatos e de desenvolvimento dos instrumentos de produção utilizados pela indústria, levando a um aumento bastante significativo no número de desempregos, surgiram múltiplas associações mutualistas e cooperativas de produtores, de modo que os operários passaram a fomentar práticas de resistências e novas formas de trabalho a partir de suas próprias associações.¹¹

Proudhon¹², ao analisar documentos como *O Manifesto dos Sessenta* e o jornal *L'Association*, enfatizou o caráter mutualista de uma série de práticas que estavam sendo impulsionadas por determinados setores das classes populares e que demonstravam, em boa medida, uma rejeição em relação às perspectivas estatistas, centralizadoras e autoritárias defendidas por muitos socialistas do momento. As conceitualizações do anarquista francês, como a própria mutualidade, derivaram da análise em série e de suas considerações a respeito das

ações e dos movimentos práticos dos trabalhadores em suas respectivas associações mutualistas e cooperativas de produtores, estando assim em consonância com as iniciativas experimentadas em um determinado momento histórico. A Comuna, portanto, não inaugurou as ações de caráter autogestionário, mas possibilitou a expansão e a potencialização de um conjunto de práticas que já vinham sendo fomentadas por muitos grupos de trabalhadores.

Monumentos e instrumentos que simbolizavam a autoridade estatal foram alvos de ataques por parte dos insurgentes, que passaram a rejeitar a presença do Estado central em suas vidas. A coluna Vendôme, monumento que simbolizava a autoridade do antigo império francês, foi demolida pelos *communards*, ato que pode ser compreendido como rejeição aos resquícios imperiais, bem como uma ação cuja finalidade era dessacralizar a autoridade do Estado central. Pode-se dizer o mesmo da guilhotina da *place* Voltaire, incendiada pelos parisienses¹³. Estes não se reuniam mais nas praças como meros espectadores do “espetáculo” público da decapitação, mas sim para abolir a ferramenta criada por Joseph-Ignace Guillotin, utilizada de forma sistemática durante o período da República jacobina — conhecido também como o período do grande terror.

O clero foi amplamente rejeitado pela maior parte dos *communards*, que demonstraram, por meio de suas ações, um repúdio ao sacrifício imposto pelos sacerdotes em nome de um ser inexistente, de uma autoridade divina. Perspectivas voltadas ao sacrifício foram eliminadas do percurso que vinha sendo construído pelos insurgentes. Os templos e as igrejas, locais que simbolizavam o domínio das autoridades eclesiásticas, transformaram-

se em centros de reuniões e de conversações, que muitas vezes foram acompanhadas de cálices de vinho e de brincadeiras de crianças.¹⁴ Assim, a autoridade do Estado central e a autoridade divina, assentadas na perpetuação da desigualdade de condições, na obediência e na fé, como afirmou Proudhon¹⁵, foram abolidas das perspectivas dos insurgentes, que fomentaram revoltas diante das inúmeras formas de governo sobre o vivo.

Também vale ressaltar que, ao longo desse acontecimento, os campos das ciências e das artes gozaram de ampla autonomia. A Academia de Ciências de Paris, por exemplo, tornou-se um ambiente no qual os pesquisadores puderam desenvolver seus projetos e suas investigações livremente, sem qualquer ingerência da parte de algum conselho.¹⁶ Novas práticas também foram experimentadas no campo das artes. O pintor realista francês Gustave Courbet, que produziu obras como *O Ateliê do Artista* e *A Origem do Mundo*, foi um membro ativo da Comuna. O artista francês já havia assumido a Comissão de Artes após a proclamação da Terceira República. No entanto, com a proclamação da Comuna, Courbet intensificou suas atividades, passando a acumular quatro funções públicas: integrante do Conselho da Comuna, delegado de Instrução Pública, membro da Câmara Municipal, e presidente da Federação de Artistas de Paris.¹⁷

Diante da Federação de Artistas, como enfatiza Pietro Ferrua, o realista francês fomentou uma série de práticas de liberdade no campo das artes, como a defesa da abolição da relação entre mestres e alunos nos ateliês, de modo a dissolver o exercício de uma autoridade centralizada. Essa premissa se baseou, em grande medida, nas proposições

feitas por Proudhon, que exerceu uma forte influência sobre a perspectiva do artista. Pode-se dizer que há uma proximidade entre a noção de mutualidade formulada por Proudhon, que defende a independência do trabalho realizado por cada um no âmbito da associação, e as considerações do artista francês em relação ao modo de se relacionar no interior de uma oficina, na qual todos os artistas são partes associadas. Convém enfatizar que a Federação dos Artistas buscou impulsionar uma nova prática associativa nas demais entidades vinculadas ao campo das artes com a finalidade de eliminar as relações hierarquizadas e substituí-las por práticas horizontais e voltadas ao apoio mútuo.¹⁸ As proximidades entre as proposições de Courbet e as perspectivas libertárias também podem ser verificadas na *Carta aos Artistas de Paris*, redigida no dia 18 de março de 1871, na qual o artista francês enfatizou a necessidade de preservar o caráter espontâneo das artes, rejeitando a tutela de qualquer autoridade superior. Cada artista, portanto, deveria ser livre para traçar o seu próprio percurso. A espontaneidade e, por conseguinte, a autogestão deveriam ser as bases das associações e dos ateliês.¹⁹

As crianças também foram uma das prioridades da Comuna. A Comissão de Educação tinha como finalidade garantir a gratuidade das escolas e das creches da cidade. Como muitos membros das classes abastadas e do clero deixaram a capital após o surgimento da Comuna, muitas escolas foram abandonadas. Essas instalações foram reabertas pelos *communards*, que, além do ensino, asseguraram a alimentação de muitas crianças. Além disso, os comununistas confrontaram a influência das autoridades eclesiásticas sobre o ensino, de modo que a educação

religiosa foi abolida das escolas de Paris. Cabe ressaltar que o sistema da Biblioteca Nacional foi reorganizado, de modo a abolir os benefícios que, até aquele momento, eram concedidos apenas aos filhos das classes abastadas, como os empréstimos de livros.²⁰ A cidade, assim, deixava de ser uma propriedade do Estado e dos estratos superiores, transformando-se em algo novo, inventivo e potente.

Levando em consideração as experimentações mencionadas, é possível dizer, como salienta Edson Passetti²¹, que a Comuna de Paris pode ser descrita e compreendida como uma heterotopia, ou seja, um espaço outro em meio ao território controlado pelo Estado francês. O espaço outro, segundo Michel Foucault²², pode ser concebido como uma experiência heterotópica — podendo assumir formas diversas —, que se constitui como uma contra-alocação nos marcos de uma realidade e de um espaço determinado. Não se trata, portanto, de uma utopia, que se caracteriza por ser uma alocação irreal, um lugar nenhum. A heterotopia é uma alocação real, uma espécie de utopia concretizada no presente. Desse modo, as classes populares de Paris impulsionaram e potencializaram uma série de práticas insurgentes, transformando a capital francesa numa contra-alocação, de modo a proporcionar, por meio da revolta, um novo sentido às suas trajetórias.

Lutas e embates

A proclamação da Comuna de Paris teve uma grande repercussão em diferentes partes do território francês. Os *communards* fizeram um chamado para que as demais comunas construíssem novos caminhos baseados na

liberdade e na autonomia das regiões. Ao se debruçar sobre a experiência dos insurgentes parisienses, Sébastien Faure²³ enfatizou que, assim como a apropriação das oficinas de produção por parte das associações de produtores, essa foi uma das ações mais importantes da Comuna. Isso se deve ao fato que, de acordo com o criador de *La Ruche*, ao convocar as demais comunas para a insurreição, o operariado de Paris demonstrou uma perspectiva federalista, que se aproximava dos anseios libertários.

A Comuna aboliu rapidamente suas próprias fronteiras, impulsionando ebulições em inúmeras localidades, como Lyon, Saint-Etienne, Le Creusot, Marselha, Toulouse e Narbonne. Nas três primeiras cidades, as rebeliões foram contidas rapidamente, e os insurgentes se tornaram alvos de encarceramentos. Os trabalhadores de Marselha e de Narbonne, por outro lado, chegaram a proclamar a emergência das comunas. No entanto, ambas as experiências sobreviveram durante um breve espaço de tempo, sendo desmanteladas e reprimidas energicamente.²⁴ Todavia, independentemente da brevíssima existência dessas comunas, tais experimentações demonstraram potência da Comuna de Paris, cujos anseios e aspirações estavam em consonância com uma parte significativa dos grupos e das individualidades rebeldes de diferentes regiões do território, escapando das amarras do Estado central, devido às suas novas formas de associação.

A autonomia do município era praticamente um consenso entre os seus membros. No entanto, é importante recordar que a busca por liberdades municipais era um anseio antigo dos parisienses, pois, desde os acontecimentos da Revolução Francesa, Paris era a única região da França

que não elegia os membros da administração local, além de outras prerrogativas que foram, gradativamente, sendo eliminadas.²⁵ Desse modo, por mais que a independência de Paris em relação ao governo de Versalhes fosse uma questão defendida por muitos, as discrepâncias acerca das perspectivas que orientavam os *communards* eram muitas.

Independentemente do fato de que a Comuna tenha se constituído como uma experimentação baseada na negação do Estado central e em uma perspectiva federalista, Mikhail Bakunin²⁶ foi certo ao enfatizar que a lógica do governo não fora completamente desmantelada. Isso se deveu, em parte, ao cerco imposto por Versalhes, cuja consequência foi a formação de um governo voltado ao combate. A manutenção do governo também pode ser observada na organização da eleição do dia 26 de março, que esteve, em certa medida, em consonância com o regimento eleitoral da cidade, aprovado em fevereiro do mesmo ano.²⁷ A Comuna introduziu o mandato revogatório para todos os cargos eletivos da cidade, de modo que qualquer membro do Conselho da Comuna poderia ser destituído de sua posição a qualquer momento.

O Conselho da Comuna estava composto por tendências variadas, como blanquistas, jacobinos, proudhonianos e outros grupos socialistas e republicanos. Essa composição expressava os embates travados entre as diferentes forças em luta no interior da Comuna. Perspectivas centralizadoras e autoritárias, advogadas por muitos jacobinos, blanquistas e parte dos socialistas, contrastavam com as perspectivas libertárias, de caráter federalista e antiestatal. Por mais que a presença de membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no conselho não fosse muito significativa²⁸, muitas disputas travadas entre os membros

da Comuna estavam, em certa medida, em consonância com os embates que vinham ocorrendo entre as diferentes forças que compunham a AIT.

Como enfatiza Bakunin, duas perspectivas socialistas estavam em disputa no final da década de sessenta do século XIX: o socialismo libertário e o socialismo autoritário. A primeira perspectiva defendia a associação antipolítica das classes populares, rejeitando, portanto, a utilização da potência do Estado como um meio de transformação; a segunda perspectiva apostava na utilização dos aparelhos estatais como um meio de mudanças, almejando, assim, a edificação de uma ditadura revolucionária.²⁹

A premissa dos socialistas autoritários concebe a revolução a partir de uma perspectiva jacobina e autoritária, herança das revoluções burguesas e, sobretudo, da Revolução Francesa. Por mais que as proposições comunistas, defendidas pelos adeptos das considerações de Marx e de Engels, não tivessem muita influência entre os *communards*, grupos que defendiam a instauração de uma ditadura revolucionária, como as tendências jacobinas e blanquistas, partidárias do princípio da autoridade, estavam presentes na Comuna. No entanto, como já foi mencionado, práticas de caráter mutualista também estavam sendo experimentadas em muitas associações de trabalhadores, de modo que se potencializaram após a eclosão da insurgência do dia 18 de março. Assim, é importante enfatizar que as premissas federalistas e antiautoritárias mantiveram uma presença bastante significativa entre os setores populares. Para além da luta pela manutenção de sua sobrevivência, a Comuna também estava imersa numa série de disputas entre diferentes perspectivas.

A trajetória dos *communards* foi conturbada. No início do mês de abril, apenas alguns dias após a proclamação da Comuna, Paris começou a ser bombardeada pelas tropas do governo de Thiers, que atacavam sistematicamente os fortes e os bulevares da cidade. O número de mortos e feridos, incluindo inúmeras crianças, crescia. Diante desse cenário, blanquistas, jacobinos e outros grupos republicanos, que eram majoritários no Conselho da Comuna, aprovaram, no início de maio, a instauração de um Comitê de Segurança Pública, cuja finalidade era centralizar e coordenar as medidas e as ações voltadas à defesa da cidade. Essa decisão foi fortemente criticada por figuras como Gustave Courbet, Eugene Varlin e outros, que, ao rejeitarem as medidas autoritárias e centralizadoras, afirmaram que a Comuna corria o risco de seguir os rumos do Comitê de Salvação Pública, instaurado em 1793 pelos jacobinos.³⁰ Bakunin³¹ situou que, diante das agressões e dos ataques patrocinados pelo Estado central, o Conselho da Comuna tinha adotado, como um meio de defesa, práticas próximas às perspectivas jacobinas. Contudo, as medidas adotadas pela maior parte dos membros do Conselho da Comuna não tiveram apenas um caráter jacobino e blanquista. Na realidade, como afirmou Bakunin, esses setores “não deram à sublevação de Paris um caráter exclusivamente jacobino”³², de modo que também foram absorvidos pelo calor do momento. Dessa forma, até os setores mais autoritários e dogmáticos foram influenciados pelas invenções proporcionadas por esse acontecimento.

Para além do fato de que Paris estava completamente isolada e sitiada, sobretudo após a reação dos aliados de Thiers aos outros levantes que aconteceram nas

demais regiões, convém enfatizar que a experimentação impulsionada pelas classes populares de Paris não esteve circunscrita às práticas adotadas pelo Comitê de Segurança Pública. Os distanciamentos que podem ser verificados entre as práticas de autogestão e as ações implementadas pelos setores mais autoritários — principalmente as iniciativas vinculadas à segurança e à defesa da capital — ilustram as discrepâncias e as disputas que marcaram a Comuna, demonstrando a heterogeneidade nesse acontecimento.

Uma batalha por outras formas de vida

Após as sucessivas agressões por parte do governo de Versalhes, no dia 21 de maio as forças de repressão do Estado francês ingressaram na cidade de Paris, dando início ao que ficou conhecido como *A Semana Sangrenta*. Louise Michel³³ afirmou que, naquele momento, a capital já não se parecia com a cidade festiva dos primeiros dias após as revoltas de março. A apreensão havia tomado conta de Paris. Diante do exército de Versalhes, restou apenas uma única opção aos *communards*: a luta.

Cerca de 25 mil soldados entraram pelos portões de Paris. As forças de defesa da Comuna, compostas pelos membros da Guarda Nacional e por trabalhadores braçais, estavam distribuídas por toda a cidade.³⁴ Não se tratava apenas de uma luta voltada à defesa de Paris, mas, sobretudo, pela manutenção de uma vida livre, por uma outra maneira de se associar, de trabalhar e de se relacionar com o espaço urbano. Era, por fim, uma luta pelo prazer de existir. Isso não significa dizer, evidentemente, que os dias da Comuna foram fáceis. Muito pelo contrário. A

trajetória da Comuna se caracteriza pelo enfrentamento das dificuldades, a começar pela manutenção de sua própria sobrevivência diante dos ataques promovidos por Versalhes.

O operariado de Paris resistiu e dedicou todos os esforços na defesa da Comuna. Contudo, não havia como derrotar as tropas do Estado central, que, em termos de equipamentos e conhecimentos sobre estratégias militares, eram infinitamente superiores. Segundo Louise Michel, “no início, com a entrada do exército regular, houve massacres em todos os bairros, a perseguição aos *communards* era organizada, em casas, hospitais, em todos os lugares”.³⁵ No dia 28 de maio, as ruas de Paris estavam cobertas de cadáveres. Como afirma Federica Montseny³⁶, milhares de membros da Comuna foram alvos de fuzilamentos diante do Cemitério Père-Lachaise, que segue sendo, até os dias atuais, palco de atos realizados em defesa da memória dos trabalhadores e das trabalhadoras que se insurgiram no dia 18 de março de 1871.

Nos meses seguintes, sobretudo em junho e julho, aproximadamente cinquenta mil pessoas foram detidas. Isso se deve ao elevado número de delações feitas pela maior parte da imprensa francesa, que exigia uma dura punição aos *communards*. Os sobreviventes, incluindo crianças, foram detidos e encarcerados nas prisões de Versalhes, pois seriam julgados pelas autoridades judiciais e pelos conselhos de guerra. Com o fim dos julgamentos, muitos foram executados. Os que não se tornaram alvos da sentença capital foram condenados ao cumprimento de trabalhos forçados.³⁷ O governo de Thiers ainda determinou a deportação de muitos prisioneiros, deslocados para localidades como a Nova Caledônia, um

pequeno arquipélago na Oceania controlado pelo Estado francês. Uma das deportadas foi a comunalista e, agora, anarquista Louise Michel, que, em suas memórias, relatou suas vivências no exílio.

O massacre da Comuna teve uma ampla repercussão. Muitos operários, socialistas e libertários de diferentes regiões, como Londres, Bruxelas, Genebra e outras cidades, realizaram atos em homenagem aos insurgentes de Paris. A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) publicou um manifesto em solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da capital francesa.³⁸ A Comuna continuaria sendo reivindicada e enaltecida nas décadas seguintes por trabalhadores de distintas partes do planeta.

Pode-se dizer que, ao longo de sua breve existência, a Comuna foi capaz de ultrapassar os limites de Paris, provocando revoltas em outros municípios do território. Após o seu fim, tornou-se uma inspiração para todos os defensores de liberdades. A empreitada dos *communards* aboliu todas as fronteiras.

Considerações finais

A Comuna não apresentou nenhuma similaridade com um regime da comunidade, que, como salienta Proudhon³⁹, está fundamentado no sequestro das propriedades e das vontades. Convém analisar, por meio de um deslocamento de perspectiva — que contrasta com parte significativa do pensamento político moderno, que está dirigido, sobretudo, ao Estado —, a Comuna na sua integralidade. Pode-se afirmar que a

Comuna foi um acontecimento marcado por embates entre múltiplas forças e perspectivas, bem como por um conjunto de práticas variadas e inventivas, que provocaram insurgências diante das diferentes formas de governo nos distintos âmbitos da vida. Os *communards* enfrentaram, em seus respectivos locais de atuação, como ateliês, oficinas, instalações públicas e outros, a presença e o exercício de uma autoridade superior e centralizada, de modo a inventar e potencializar outras formas de viver. Não se trata, portanto, de analisar e pensar em termos de uma revolução final. Mas, sim, em termos de revoltas cotidianas, no aqui e agora, que confrontam a autoridade superior e inventam vida outra. Com base nessa perspectiva de análise, a Comuna foi a expressão da eclosão de múltiplas revoltas diante de uma situação que se tornou insuportável, fomentando, assim, a construção de novos caminhos. Os insurgentes — que se mostraram ingovernáveis — foram, ao menos durante a breve existência dessa experiência, mestres de suas próprias trajetórias. Essa foi a vitória da Comuna de Paris.

Notas

¹ John Merriman. *A Comuna de Paris — 1871: origens e massacres*. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro, Editora Anfiteatro, 2014.

² Michel Foucault. “O Nascimento da Medicina Social”. in *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, pp. 79-98.

³ John Merriman, op. cit.

⁴ Idem.

⁵ Albert Camus. *O Homem Revoltado*. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro, Editora Record, 2018.

⁶ Prosper-Olivier Lissagaray. *Historia de la Comuna de Paris*. Barcelona, Editorial Estela, 1971.

⁷ Idem

⁸ Louise Michel. *La Comuna de París: historias y recuerdos*, (s.l.: s.n), s.d.

⁹ John Merriman, op. cit.

¹⁰ Louise Michel, op. cit.

¹¹ John Merriman, op. cit.

¹² Pierre-Joseph Proudhon. *Da Capacidade Política das Classes Operárias*. Tradução de Edivaldo Vieira da Silva. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Libertários – IEL; São Paulo, Centro de Cultura Social – CCS; São Paulo, Intermezzo Editorial, 2019.

¹³ John Merriman, op. cit.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Pierre-Joseph Proudhon. *Há razão suficiente para a revolução no século XIX? Dissolução do governo no organismo econômico*. São Paulo, Intermezzo Editorial, 2019.

¹⁶ Louise Michel, op. cit.

¹⁷ Fabrice Masanès. *Courbet*. Tradução de Maria do Rosário Boléo. Editora Taschen, 2007.

¹⁸ Pietro Ferrua. “Realismo e anarquismo na obra e na vida de Gustave Courbet” in *verve*. São Paulo, nu-sol, n. 3, 2003, pp. 39-49.

¹⁹ Gustave Courbet. “Carta aos artistas de Paris” in *verve*. Tradução de André Degenszajn. São Paulo, nu-sol, n. 15, 2009, pp. 123-125.

²⁰ Prosper-Olivier Lissagaray, op. cit.

²¹ Edson Passetti. “Comuna de Paris: vida como obra de arte”. Youtube, 2011 (18m27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUohO2MSot8&t=3719s>. (acesso em 18/04/2021).

²² Michel Foucault. “De outros espaços”. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d’Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Tradução de Pedro Moura, 1986. Disponível em: http://histori-cultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf.

²³ Sébastien Faure. “A Comuna” in *verve*. Tradução de Martha Gambini. São Paulo, nu-sol, n. 20, 2011.

²⁴ Prosper-Olivier Lissagaray, op. cit.

²⁵ John Merriman, op. cit.

²⁶ Mikhail Bakunin. “A Comuna e a noção de Estado” in *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo, Editora Hedra, 2011.

²⁷ Prosper-Olivier Lissagaray, op. cit.

²⁸ Idem.

²⁹ Mikhail Bakunin, op. cit.

³⁰ John Merriman, op. cit.

³¹ Mikhail Bakunin, op. cit.

³² Idem, p. 121.

³³ Louise Michel, op. cit.

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem, p. 318, Tradução livre.

³⁶ Federica Montseny. “Louise Michel: ni la muerte reclamada le fue concedida” in: Louise Michel. *La Comuna de Paris: historias y recuerdos*, (s.l.: s.n), s. d.

³⁷ Prosper-Olivier Lissagaray, op. cit.

³⁸ Idem.

³⁹ Pierre-Joseph Proudhon. *O que é a Propriedade ?*. Tradução de Marília Caeiro. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

Resumo

Este artigo tem como o objetivo analisar as iniciativas que foram impulsionadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras parisienses no contexto da Comuna de Paris, de modo a verificar a maneira como os communards reinventaram suas práticas associativas em diferentes âmbitos, como nas fábricas, nas oficinas, nos ateliês artísticos e em outras esferas da vida social, potencializando, assim, outras formas de viver. Além disso, o artigo também propõe uma discussão acerca dos embates travados entre as diferentes forças que estiveram em ação no interior da Comuna.

Palavras-chave: Comuna de Paris, communards, heterotopias.

Abstract

This article analyzes the initiatives impelled by workers in the context of the Paris Commune, in order to verify a way in which communards had reinvented their associative practices in different spheres, such as companies, workshops, art studios, and other spheres of social life, thus enhancing other forms of life. Besides, the article also studies a discussion about the clashes between different forces within the Commune.

Keywords: Paris Commune, communards, heterotopies.

Insurgencies and practices of freedom: 150 years since the Paris commune, Diego Lucato Bello.

Recebido em 8 de março de 2021. Confirmado para publicação em 12 de abril de 2021.